



memórias
das **MINAS**,
e
outras **NOTAS**
GERAIS

MARINA MOSS
THIAGO ALMEIDA



REPUBLICA FEDERAL DAS ESTADOS

REPUBLICA FEDERAL DAS ESTADOS

ESTADO

MINAS GERAES

BRASIL

MARINA MOSS

THIAGO ALMEIDA

memórias
das **MINAS**

outras NOTAS
GERAIS

MOVIMENTO CULTURAL SÃO JOSÉ - MCSJ

UBÁ | 2019

MAPA
DA
CAPITANIA
DE
MINAS GERAES
COM
ADEVIZA DE SVAS
COMARCAS
ESCALA DE LEGOAS

Este projeto é dedicado a todos os pontos de cultura, reconhecidos ou não, que cultivam a memória ancestral e a esperança, resistindo pela arte e mantendo viva a cultura popular no Brasil.

Memórias das Minas Gerais e outras notas / Marina C. B. Moss, M533 Thiago Lima de Almeida – Ubá: Movimento Cultural São José (MCSJ) 2019.
46 p : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-45537-01-4

1. Minas Gerais. 2. Memória. 3. História. 4. Minas Gerais – História. 5. Minas Gerais – Memória. 6. Memória (Minas Gerais). 7. História (Minas Gerais).

I. Título. II. Moss, Marina C. Bernardes (org.). III. Almeida, Thiago Lima de (org.).

CDU 981.1
CDD 981.51



PATROCÍNIO
PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO FUNDO
ESTADUAL DE CULTURA DE MINAS GERAIS
PROTOCOLO 0039/02/2016/FEC

COORDENAÇÃO EDITORIAL**/CURADORIA**

Marina Moss

DOCUMENTARISTA

Thiago Almeida

TEXTOS E PESQUISA

Marina Moss

Thiago Almeida

FOTOGRAFIA DE CAPA E CONTRACAPA

Thiago Almeida

FOTOGRAFIAS INTERNAS

Ana Luisa Cosse Pires

Clarice do Nascimento Gonçalves

Daniele Eloíza Dias

Ednilson Mendes

Fabiano Rabelo

Fábio Augusto Vicente

Gabriel Noronha

Isabel Casimira Gasparino

Isaac Pedro Dias

Juliana Cristina Machado

Júnio Oliveira dos Santos

Schelton Casimira Gasparino Martins

Leandra da Silva Souza Peixoto

Marcos Wilker Dias

Patrícia Pereira da Silva

Rosiane Lourdes Silva

Vinicius Matias da Silva

Weverton Marcelino

PROJETO GRÁFICO

Saulo Pico

DIAGRAMAÇÃO

Saulo Pico

Raique Nic

REVISÃO

Marisa Maldini

MEMÓRIAS DAS MINAS E OUTRAS NOTAS GERAIS**REALIZADORES**

Marina Moss

Thiago Almeida

PRODUTORA

Marina Moss

DOCUMENTARISTA

Thiago Almeida

AUDIOVISUAL

Marco Antônio Gonçalves Junior

Diego Neves

PROPONENTE

Museu Ginásio São José

COORDENAÇÃO MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ

Moema de Souza Carneiro

EMPRESA EXECUTORA

Sertão Sapucaia

**IDENTIDADE VISUAL
E PROJETO GRÁFICO**

Saulo Pico



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
O PROJETO	6
MEMÓRIAS DAS MINAS E OUTRAS NOTAS GERAIS	
PRATA	
EIXO GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS GERAIS	11
<i>Caminhos reais e descaminhos dos sertões mineiros</i>	
14 AS MINAS	
17 LUGARES DAS GERAES	
NOTAS GERAIS	
Notas da Mata	18
Notas do Ouro	21
Notas do Paraopeba	25
Notas de Queluz	30
Notas Horizontinas	33
Notas dos Diamantes	39
AGRADECIMENTOS	43
REFERÊNCIAS	44



Sanna do R.

Rio C...

Porte Alta

Rifana

Sa Barba

Apresentação

**“A memória guardará o que valer a pena.
A memória sabe de mim mais que eu;
e ela não perde o que merece ser salvo.”**

EDUARDO GALEANO

O sobrado do Ginásio São José, edificado em 1862, foi erguido nas terras da antiga Fazenda Boa Esperança, em Ubá. Este mesmo casarão foi transformado no primeiro educandário da zona da mata mineira em 1905, o *Gymnásio São José*. O tombamento do prédio do antigo *gymnásio*, em 1997, foi o marco inicial da política pública municipal de preservação do patrimônio e a restauração do imóvel transformou a propriedade em centro cultural. Desde então, o Movimento Cultural São José - Instituição privada sem fins lucrativos -, passou a fomentar atividades culturais no espaço, recebendo a chancela de Ponto de Cultura em 2006. Atualmente, o local abriga o Museu Ginásio São José (MGSJ), inaugurado em agosto de 2015.

Os últimos anos foram intensos e exitosos nas formulações de novos desafios. A inauguração do Espaço de Memória Afro-brasileira e dos Povos Indígenas estimulou o avanço nas pesquisas referentes à cultura popular e seu papel no desenvolvimento humano e local de nossa região. Com o intuito de ampliar o papel do museu como agente transformador do território, entendemos a necessidade de conhecer melhor nosso passado, (re)pensar a história oficial que permeia nossas paredes, não para negá-la, mas para superá-la, entendendo que não é a única, nem tampouco a mais importante. Viajamos por terra em busca das outras histórias, longa jornada que nos levou ao encontro das raízes de nosso povo, ancestralidade viva que está na origem de nossa cultura e em nosso futuro comum.

Ir além! Trocar saberes e pescar memórias, formar multiplicadores de conhecimento, dar visibilidade a outras perspectivas históricas, conquistadas com autonomia até que se tornem protagonistas de passados, presentes e futuros. Assumimos a missão de compartilhar algumas memórias das Minas, e também, outras notas gerais com a sociedade. Já não basta lutar apenas para manter as portas do museu abertas. É preciso mais: problematizar os atuais papéis das instituições culturais enquanto entidades questionadoras, ser ponto de irradiação de cultura pela base. Desenvolver um museu para a sociedade e com a sociedade.

MARINA C.B. MOSS E THIAGO L. ALMEIDA



O PROJETO MEMÓRIAS DAS MINAS

Construído a partir de reflexões sobre a “**arqueologia da cultura popular**”¹ de Minas Gerais, o projeto: “Memórias das Minas e outras notas Gerais” é uma iniciativa do documentarista Thiago Almeida e da produtora Marina Moss e têm por norte guiar reflexões sobre paisagem, patrimônio, memória e cultura popular em diálogo com as artes visuais, em especial a fotografia documental e o audiovisual. A partir do Museu Ginásio São José (MGSJ), entidade proponente do projeto junto ao Fundo Estadual de Cultura (FEC) de Minas Gerais, e executado pela empresa Sertão Sapucaia, o projeto é uma ação que buscou o intercâmbio entre diferentes grupos culturais presentes no território mineiro, tendo o museu como agente fomentador desta ação colaborativa e inovadora. Por meio do Edital “FEC - Ponto de Cultura” o convênio foi assinado sob o título “Paisagem cultural, pesquisas e exposições” e atendeu a uma demanda institucional do museu em desenvolver ações culturais em cooperação com outros pontos de cultura mineiros.

O Museu Ginásio São José recebeu a chancela de Ponto de Cultura em 2006, dentro dos marcos legais da Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), e isso significa que a entidade é reconhecida como desenvolvedora e articuladora de atividades culturais e educativas em sua região de atuação, contribuindo para a promoção da diversidade. O intercâmbio e as conexões propostas pelo projeto dialogam com prerrogativas de colaboração e ainda contribuem para o fortalecimento da Rede Cultura Viva, fomentando, por meio de uma iniciativa autônoma articulações regionais, mobilizando outros pontos de cultura do Estado e fortalecendo parcerias dentro da rede.

E também entre outros grupos culturais na região abrangida pelo projeto, valorizando a diversidade e a cultura realizada na base da sociedade mineira. Ainda de acordo com as premissas do Programa Cultura Viva o projeto segue o princípio da autonomia, protagonismo e empoderamento dos grupos ligados à cultura popular.

Tendo como foco a memória social e o patrimônio da sociedade mineira associado à cultura popular e às paisagens, buscamos, a partir das influências materiais e simbólicas dos povos indígenas e africanos, dar visibilidade às memórias de grupos populares e lugares invisibilizados pela historiografia tradicional, e muitas vezes, apagados por ela. Abordar a cultura popular exige a compreensão sobre a formação social das regiões abrangidas pelo projeto, e também, dos processos de gênese do território mineiro. O entrelaçamento das perspectivas do patrimônio cultural, natural, imaterial e das paisagens culturais é uma de nossas premissas.

A história de ocupação da zona da mata mineira, a fundação da cidade de Ubá e a formação dos grupos sociais, da cultura popular e da memória social regional passaram – em parte – pela antiga Fazenda Boa Esperança e precisam ser investigadas, reescritas com olhar crítico e refletidas sob a luz dos novos tempos. A antiga freguesia de Guarapiranga (atual Piranga) foi a região de integração regional no passado, e de onde partiram os principais fluxos populacionais da ocupação social do vale do Pomba, também chamado sertão do Pomba. As áreas faziam parte do Termo de Mariana, entre a Comarca do Rio da Morte e a Comarca de Vila Rica. O pequeno arraial de Calambáú, integrante da freguesia de Guarapiranga foi a vila de origem do capitão-mor Antônio Januário Carneiro, que ocupou as áreas do arraial de São Januário de

1. Trabalho autoral de Thiago Almeida, documentarista e bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo (UNA), Turismo (UFMG) e Especialista em Sociologia Urbana (UERJ). Marina Moss é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Turismo pelo Departamento de Geografia (UFMG). Integrante do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço – GIPE (IGC/UFMG) desde 2009.

Ubá e fundou a Fazenda Boa Esperança que hoje abriga a sede do Museu Ginásio São José, o que contribui para nosso interesse em investigar melhor as relações coloniais nesse eixo para levantar aspectos relacionados à memória social de grupos afro-brasileiros e de ascendência indígena, formados nesse processo.

Em junho de 2017, após muitas pesquisas e refinamento metodológico, partimos para campo, em busca de lugares que abrigam memórias do povo mineiro. Em cada um dos municípios visitados debatemos, por meio de palestras e oficinas, temas relacionados à temática da paisagem cultural, memória, patrimônio e cultura popular. A imersão da equipe e os encontros tinham como objetivo abordar a paisagem, memória e a linguagem da fotografia, problematizar a relação dessas temáticas com o cotidiano local e salientar a importância da autonomia dos grupos na salvaguarda de suas memórias e na construção colaborativa de acervos fotográficos, entre pessoas orgânicas e não-orgânicas da cultura popular. Além de produzir valioso registro documental sobre múltiplas histórias de Minas Gerais, nossos alunos produziram ensaios fotográficos autorais que foram expostos em suas comunidades, mostras itinerantes e no Museu Ginásio São José. As oficinas de fotografia e patrimônio faziam parte da estratégia de capacitar integrantes dos grupos culturais e dos pontos de cultura com ferramentas de novas mídias, parte de nossa estratégia de produção de ensaios autorais, com fins de visibilidade da cultura popular e da memória social.

A escolha dos pontos de cultura visitados foi decorrente de longa pesquisa sobre a localidade em que estão inseridos. E também foi influenciada pela abertura, pelo apoio local recebido e pelo interesse

dos participantes. A jornada foi longa e envolveu uma viagem de campo com duração de 06 meses, percorrendo as regiões dos municípios de Ubá, Ouro Preto, Belo Vale, Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Serro. Estes lugares são remanescentes da formação urbana colonial de Minas Gerais e estão localizados no eixo de colonização da antiga Capitania de Minas Gerais, parte do eixo geográfico formador de nosso território: os sertões do Pomba, cidades coloniais e a capital Belo Horizonte, abrangendo o contexto histórico-cultural e também paisagístico da Serra do Espinhaço² e da Zona da Mata Mineira.

Em cada um destes lugares especiais estabelecemos conexão com um ponto de cultura que se tornou parceiro e articulador local das oficinas, envolvendo seus membros e também representantes de outros grupos populares do seu município. Ao final do projeto alfabetizamos fotograficamente 18 alunos. Envolvermos 06 pontos de cultura, 10 grupos culturais e mais de 60 pessoas participaram diretamente de nossas oficinas e palestras. Os ensaios fotográficos produzidos por nossos alunos durante o projeto foram expostos nos pontos de cultura participantes e no Museu Ginásio São José. Esta publicação reúne algumas destas fotografias documentais, depoimentos e um ensaio do documentarista Thiago Almeida produzido ao longo do trabalho. Entendemos que a partir desta ação pautada pela construção coletiva, reflexão crítica sobre memória, patrimônio e paisagem, além da alfabetização fotográfica, os Pontos de Cultura e grupos culturais envolvidos poderão desenvolver pesquisas e produções autônomas sobre seu cotidiano e singularidades, contribuindo para o desenvolvimento dos equipamentos culturais e para a continuidade das manifestações populares de Minas Gerais. Os fotógrafos formados fazem parte dos Pontos de Cultura participantes, bem como outros grupos populares.

2. A cadeia da "Serra do Espinhaço", em toda sua extensão, pode ser dividida em dois setores: Meridional (em Minas Gerais, desde o Quadrilátero Ferrífero até a divisa do Estado de Minas Gerais com o da Bahia, com cerca de 550km de extensão) e Setentrional (ao norte de Diamantina/MG até limite do Estado da Bahia com o Estado do Piauí), ambos com características geológicas distintas (Gontijo, 2008 apud MOSS, 2014)

UBÁ

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA NAMASTÊ

A Associação Quilombola Namastê é responsável pela representação da Comunidade Quilombo Namastê, importante remanescente quilombola em área urbana que agrupa mais de 300 famílias em Ubá. A comunidade, congregada pelos laços de parentesco e pelo pertencimento a um mesmo grupo religioso, se reúne para a prática da umbanda no Centro Espírita Caboclo Pena Branca, com 150 anos de resistência, mantido pela mãe de santo Maria Luiza Marcelino.

Aluno: Weverton Marcelino.

OURO PRETO

PONTO DE CULTURA BANDA DO ALTO DA CRUZ

A Banda do Alto da Cruz é uma organização da sociedade civil que tem por fim cultivar a arte musical e concorrer para o engrandecimento artístico de Ouro Preto. A sociedade musical nasceu para fazer parte das festividades religiosas após a reedificação da Capela do Senhor Bom Jesus das Flores, em 1932. (BERTUSSI, 1985)³

Alunos: Ednilson Silva Mendes; Júnio Oliveira Batista

GUARDA DE MOÇAMBIQUE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTA EFIGÊNIA

Segundo o Capitão da Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia*, Kedison Guimarães, a festa foi revitalizada em 2008 por iniciativa da Associação dos Amigos do Reinado, juntamente com o Fórum de Igualdade Racial, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, a Comissão Ouro-pretana de Folclore e as associações dos Bairros Alto da Cruz e Padre Faria.

Aluna: Leandra da Silva Souza Peixoto.

BELO VALE

PONTO DE CULTURA CHACRINHA DOS PRETOS

O remanescente quilombola Chacrinha dos Pretos tem seus pilares no século XVIII, com a implantação da fazenda do português chamado José de Paula Peixoto, que se dedicava à extração de ouro no Rio Paraopeba. As famílias viveram isoladas por cerca de um século, quando, em 1912, chegaram à região os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Atualmente, os usos de parte das ruínas como espaço para encontros dos moradores e apresentação de grupos de danças e teatro da comunidade e região, marcam uma nova apropriação do espaço que favorecem as manifestações culturais. (LEMONS, 2010)⁴

ALUNOS: Daniele Eloíza Dias; Fábio Augusto Vicente; Isaac Pedro Dias; Marcos Wilker Dias.

CONSELHEIRO LAFAIETE

PONTO DE CULTURA AMAR

A AMAR é um ponto de cultura composto de biblioteca comunitária, cursos livres, painéis públicos em mosaico e grafite e outras ações culturais em Conselheiro Lafaiete, reconhecido em 2016, mas que já atua no município desde 1999.

Aluna: Clarice do Nascimento Gonçalves.

GRUPO UNIÃO DO MORRO

Localizado no bairro JK em Conselheiro Lafaiete, e presidido por Margareth Machado, foi fundado em 2008. A associação tem como missão desenvolver a cultura, a arte e a consciência negra junto à comunidade do bairro JK.

Aluna: Juliana Cristina Machado.

3. In BERTUSSI, Aideone. A Banda do Alto da Cruz. Instituto de Artes e Cultura/UFOP, Ouro Preto, 1985.

* Jornal Hoje em Dia de 28 de dezembro de 2018.

BELO HORIZONTE

PONTO DE CULTURA GRUPO FOLCLÓRICO ARUANDA

O Grupo Aruanda é um dos maiores representantes da cultura parafolclórica do Brasil, dedicando-se a pesquisar, preservar e divulgar as danças e os cantos folclóricos nacionais. Em atividade desde 1960. Possui um representativo acervo de mais de 100 danças pesquisadas em todas as regiões e é uma referência nacional em manifestações populares de todas as regiões do país.

Alunos: Ana Luisa Cosse Pires; Gabriel Noronha.

PONTO DE MEMÓRIA REINADO E GUARDA DE MOÇAMBIQUE E CONGO TREZE DE MAIO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O Reinado Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário é composto pelas Guardas de Moçambique e Congo Treze de Maio. Localizado no bairro da Concórdia, o Treze de Maio é um dos Reinados de Nossa Senhora do Rosário mais antigos da cidade. Importante representante do patrimônio cultural de herança africana em Minas Gerais em atividade ininterruptas desde sua fundação, em 1944, por Maria Casimira, a primeira Rainha do Congo do Estado de Minas Gerais. (SILVA, 2018)⁵

Alunos: Isabel Casimira Gasparino; Patrícia Pereira da Silva; Schelton Casimira Gasparino Martins.

SE RRO

CATOPÊS DO CONGADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO SERRO

Os Catopês “representam os negros e, historicamente, são Caboclos em idade avançada”. São obrigados a acompanhar o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, pois, conforme determina o Compromisso dos Irmãos do Rosário, “sem Catopês o Reinado não sai”. O registro

mais antigo de Reinados com danças formados por negros durante a festa do Rosário no Serro é de 1716. (SILVA, 2018)

Aluna: Rosiane Lourdes Silva.

PONTO DE CULTURA CABOCLOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO SERRO

O Ponto de Cultura Caboclos de Nossa Senhora do Rosário do Serro MG é formado por integrantes do grupo de congado Caboclos da Irmandade de Senhora do Rosário do Serro, que se organizaram coletivamente com o objetivo desenvolver e articular atividades artístico-culturais que ajudem a preservar e promover a tradição dos congados da festa do Rosário do Serro, importante referência cultural da cidade, de Minas Gerais e do Brasil. O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia da Conceição da Vila do Príncipe do Serro do Frio data de 1728. O Ponto de Cultura Caboclos do Serro autodeclaro em 2016 e em 2017 recebeu a certificação do Ministério da Cultura do Brasil. (SILVA, 2018)

Alunos: Fabiano Rabelo; Vinicius Matias da Silva.

A construção de acervos coletivos, pesquisas e atividades culturais inter-regionais entre pontos de cultura, pequenos museus e grupos culturais é uma estratégia vital e emergencial para a sustentabilidade desses espaços, visibilidade e capacitação dos participantes e dos envolvidos na gestão desses espaços. Como desdobramento, o projeto pretende formar multiplicadores e estimular a transmissão desse conhecimento no interior de cada grupo. E a formação de um acervo material público entre os pontos de cultura, junto ao fomento da pesquisa, da produção artística podem contribuir para o fortalecimento da Rede Cultura Viva. Nossa missão é a de formar multiplicadores, auxiliar na produção

4. In LEMOS, Celina Borges. Patrimônio, cultura e meio ambiente na serra da moeda – resíduos e reminiscências do espaço-tempo colonial. CEDEPLAR. Seminário de Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A083.pdf acesso em novembro de 2018.

e difusão de seus trabalhos autorais. Mas ninguém melhor do que eles para registrar e nos narrar aspectos de sua realidade.


Uma região histórica muda com o tempo, no entanto, seus vestígios não desaparecem, as marcas na paisagem são testemunhos materiais de outros tempos e relações socialmente construídas, e a cultura popular é a memória viva dos dias passados, paisagens da alma do povo mineiro, que conforme veremos, seguem (re) existindo. A troca permanente de conhecimentos é a chave para a construção coletiva dessa iniciativa. Acreditamos na capacidade de multiplicação dos líderes locais e gestores culturais envolvidos. Trabalhamos para que essa rede, em poucos anos, possa construir novas iniciativas de pesquisa e produção artístico-cultural com autonomia e de acordo com os interesses dos grupos sociais envolvidos.

Compartilhamos da premissa de que é cada vez mais importante que as histórias e registros de uma comunidade sejam realizados e transmitidos por ela mesma, por meio de seu olhar e de sua própria interpretação da história. A câmera é uma ferramenta de luta política e revitalização cultural⁶. Para alcançar tal objetivo o projeto Memórias das Minas e Outras Notas Gerais se inspira em ações inovadoras e propõe ir além do registro da memória, contribuindo também com a alfabetização fotográfica e educação transformadora, aquela que pode revolucionar a sociedade e ter um olhar crítico sobre as múltiplas e complexas visões de mundo que permeiam a cultura popular, e nos contam sobre sua resistência histórica à invisibilidade e ao apagamento da memória dos povos que estão na base da formação de nossa gente, e de nossa terra.



5. Texto autoral de Ariel Lucas Silva, doutorando em História Social da Cultura pela UFMG, 2018.

6. Projeto Vídeo nas Aldeias. Disponível em: <http://videonasaldeias.org.br/loja/sobre/> acesso em dezembro de 2019.



EIXO GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS GERAIS

Caminhos reais e descaminhos dos sertões mineiros

A regionalização proposta no projeto “Memórias das Minas e Outras Notas Gerais” foi baseada no eixo colonizador mineiro, que por três séculos ordenou a vida nos sertões⁷ gerais e nas minas de ouro e diamantes. Historicamente, este eixo geográfico foi ocupado e desbravado por sertanistas, orientado pelos cursos d’água que nascem no complexo geomorfológico do Espinhaço e vertem para suas bordas. Os bandeirantes paulistas que seguiam o caminho das águas do rio Paropeba foram os responsáveis pelo povoamento da região de Belo Vale e, na sequência, Vila Rica e Sabará. Esse núcleo foi a espinha dorsal das Geraes, e que sustentou suas origens. Um espaço histórico, socialmente construído, é o recorte que orienta a perspectiva do presente trabalho, levando em consideração que a formação do espaço de Minas Gerais atual leva em conta uma demarcação espacial ancestral.⁸

No entanto, para além dos aspectos econômicos, fundiários e políticos existem outros fatores determinantes para o estabelecimento de um recorte geográfico que revele as relações de identidade e pertencimento do povo mineiro, que dizem respeito à sua história compartilhada, à cultura coletivamente construída e que molda as identidades

populares, tudo que “hoje consideraríamos a herança imaterial de uma dada sociedade” (CARRARA, 2009, pag.59). Esse “parentesco cultural” é decorrente da história socialmente compartilhada.

O processo de formação da rede urbana de Minas Gerais teve início com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709. Posteriormente, em 1714, a Capitania foi dividida em três Comarcas: a Comarca do Rio das Mortes, a Comarca de Vila Rica e a Comarca do Rio das Velhas. A área espacial de abrangência desse projeto dialoga com os caminhos e descaminhos que foram traçados entre estas três comarcas. Ocupando vasta extensão territorial, a Comarca do Rio das Mortes abrangia, originalmente, toda a área do centro-sul da capitania e parte da zona da Mata, funcionando como importante elo entre as outras duas, constituindo uma ponte nos movimentos migratórios do período colonial. As faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes formavam um espaço genericamente conhecido como áreas proibidas ou sertão do leste. A relação historicamente construída entre estas áreas permite compreender como se deu a fixação da população no território, os tipos de relações sociais construídas e os desdobramentos destas influências na nossa cultura. Essa região geográfica representa importantes núcleos de conformação do espaço urbano mineiro, ponte entre a Serra do Espinhaço e a ocupação da Zona da Mata, ponto de início da expansão urbana colonial, ao mesmo tempo em que se figura como sertão mineiro, espaço de resistência e berço da cultura popular, desde a sociedade colonial.

7. A palavra sertão pode apresentar diferentes significados. A definição resgatada por MORAES (2006), diz: “Talvez a definição de sertão que mais se aproxima do sentido utilizado nos documentos do período colonial consultados é a de Eschwege: “são as regiões onde há pouca ou nenhuma cultura e que são, por causa disso, ou desabitadas ou muito esparsamente habitadas” (ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil*, 1811- 1817” apud (MORAES, 2006, p.33). Atualmente este conceito foi revistado, e o próprio IBGE nos diz que “sertão é, na verdade, uma palavra de significação ampla e movediça na língua portuguesa, o que faz com que diferentes segmentos do território, em vários momentos históricos tenham recebido a alcunha de sertão”. Porém “A ideia de sertão esteve, desde os primórdios de nossa história colonial, associado a seu interior, às terras distantes da costa.” (IBGE, 2009, p.10)

Em 1778, José Joaquim da Rocha, um engenheiro militar português⁹ que servia no Brasil em meados do século XVIII produziu uma série de cinco mapas sobre a capitania de Minas Gerais. Tais mapas são importantes referências para a historiografia tradicional, e trazem um elemento interessante ao recorte geográfico adotado no projeto Memórias das Minas. Produzido seguindo padrões técnicos e avançados para a época, os mapas mostram, não só as localidades geográficas do espaço da capitania, mas também detalhes do povoamento de Minas Gerais¹⁰ e as relações estabelecidas entre as principais comarcas do período: Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas), Vila Rica (Ouro Preto) e Serro do Frio. Segundo FURTADO (2009), ao se debruçar sobre as memórias de José Joaquim da Rocha e analisar a produção de seu trabalho cartográfico sobre a Capitania de Minas Gerais, é possível perceber que a região, já no século XVIII possuía unidade e coesão: “A imagem das Minas Gerais como uma entidade singular” (2009, p.173). E continua:

“Mesmo que os estudiosos da cartografia de José Joaquim da Rocha se restrinjam, na maioria das vezes, à impressionante qualidade técnica de sua produção, é possível encontrar nos mapas outros níveis de informação. O que José Joaquim da Rocha apresenta em 1778 não são apenas mapas de uma área geográfica e suas subdivisões: o que ele desenha é uma entidade – a capitania das Minas – e suas partes. Esta só pode ser entendida enquanto espaço unitário, cuja integração é resultado de um processo civilizador hierarquizado, engendrado pela colonização portuguesa e tornado possível a partir da expansão paulista. (...) Assim, também não é por acaso que, no conjunto da produção cartográfica sobre a região ao longo do século XVIII, um dos mapas de 1778 tenha sido o primeiro a desenhar “a capitania de Minas Gerais” de forma unitária, como identidade autônoma e autorreferente, configurada a partir de seus limites externos e suas subdivisões internas.” (FURTADO, 2009, p.171).

8. Demarcação espacial ancestral “sedimentada ou modificada ao longo de três séculos: a que estabeleceu a jurisdição das três primeiras comarcas da capitania em 1711: Vila Rica, Sabará e Rio das Mortes” (CARRARA, 2009, p.52).

9. “No desempenho da atividade como militar, particularmente como engenheiro responsável pelas edificações militares situadas em pontos-chave da capitania das Minas Gerais, José Joaquim da Rocha percorreu, nela, suas mais diversas partes. Por meio dessas atividades, conheceu profundamente a região, tomando medidas das distâncias entre as diversas localidades, e foi esse conhecimento que lhe permitiu produzir importantes mapas da área” (FURTADO, 2009, p.169)



Figura 1 – José Joaquim da Rocha. Mapa da Capitania de Minas Gerais. 1778. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução de Tibério França in FURTADO (2009, p.156).

José Joaquim Rocha representou cartograficamente o primeiro mapa da Capitania de Minas Gerais, entendida pela primeira vez na história como uma “unidade geopolítica autônoma”, detentora de identidade e relações sociais, econômicas e culturais expressivas e coesas, que conferia à capitania uma condição de “alteridade” (FURTADO, 2009) em relação ao restante da América portuguesa. Minas, desde seus primórdios, é um espaço humano.

As paisagens naturais e culturais, historicamente, sempre pareceram contribuir para a formação da identidade do estado de Minas Gerais, sobretudo em sua associação com o processo histórico de mineração e seus desdobramentos, em termos de fluxos comerciais, de pessoas e de ideias. Em Minas Gerais, a espacialidade geográfica também está diretamente relacionada à história de ocupação do território mineiro, às suas lógicas de povoamento e de formação das identidades. A região da Serra do Espinhaço foi o principal eixo colonizador do território mineiro, abrangendo as principais cidades coloniais, ao passo que a região da zona da mata, assim como o vale do São Francisco, sempre às margens das áreas de mineração, desempenharam papel fundamental durante todo período histórico, embora esta relevância ainda seja pouco debatida com a sociedade.

A formação dos núcleos urbanos coloniais nas regiões mineradoras em Minas Gerais está diretamente associada ao contexto de ocupação histórica da Serra do Espinhaço, tendo sua origem junto às primeiras lavras abertas nesta região, que acabaram aglutinando a população. Nas Minas coloniais, os antigos caminhos percorridos

por indígenas, bandeirantes, pelo gado; os caminhos reais do ouro e do diamante, bem como os “descaminhos” de passagem, ou ainda de atividades subversivas da época (contrabando, quilombos, tráfico), foram alinhando os primeiros povoamentos ao longo do Espinhaço, articulando as principais aglomerações urbanas da Capitania das Minas, delineadas desde a constituição destes caminhos. Estes caminhos foram os alicerces dos assentamentos humanos na região:

Na região da Serra do Espinhaço, sobretudo, concentraram-se as lavras e os assentamentos humanos mais antigos e longevos – as minas do Ouro Preto, do Ribeirão do Carmo, do Sabará, do Caeté, e, mais tarde, do rio das Mortes e do Serro Frio, atestando o quanto rentáveis foram as lavras descobertas. (MORAES, 2006, p.193)

O quadrilátero ferrífero é a região geográfica localizada na interseção das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes e abrigou importantes núcleos de conformação do espaço urbano mineiro, ponte entre a Serra do Espinhaço e a ocupação da Zona da Mata. Este ponto de encontro entre as duas regiões foi também a área irradiadora da expansão urbana colonial, ao mesmo tempo em que se figurava como área limítrofe com o sertão mineiro, espaço de resistência e berço da cultura de populações marginalizadas desde a sociedade colonial. Por esta razão, o projeto propõe um diálogo envolvendo as duas áreas geográficas, o que entendemos ser uma demanda atual de aprofundamento das abordagens regionais com perspectivas mais complexas e integradas.

10. De acordo com o documento a população de Minas Gerais na época (1778) “era perto de 400 mil pessoas, divididas pelas suas respectivas classes, brancos, pardos e negros, machos e fêmeas” (FURTADO, 2009, p.162). A população escrava continuou a crescer na segunda metade do século, passando de cerca de 200.000 pessoas em 1750 para mais de 300.000 em 1770 (BERGAD, 1999, p.262-264) apud LIMA (2008, p.18).



AS MINAS

“Minas é muitas” – Guimarães Rosa

Compreender o processo de formação do território político hoje denominado Minas Gerais implica uma aventura no tempo e na história. Dos primeiros sertanistas paulistas a ocuparem a região do Rio das Velhas até a reconfiguração do território aos dias atuais muitas águas rolaram por estas Minas. Os então chamados sertões se concentravam, entre o final do século XVII e início dos setecentos na área situada entre o Rio das Velhas, o Rio das Mortes e a região de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo (atual Mariana).

“A partir da década de 1690, comunidades de paulistas, baianos e portugueses, com seus escravos indígenas, africanos e afro-descendentes, estabeleceram-se em áreas onde ouro e pedras preciosas eram encontrados. Tais terras foram incorporadas ao processo de colonização por meio da atividade mineradora.” (Lima, 2008, p.20).

A sociedade escravista mineira foi construída a partir do fluxo de povos de diferentes etnias que se lançaram na corrida pelos metais preciosos descobertos na última década do século XVII, no interior da colônia portuguesa, ocupando o território de diferentes maneiras ao longo dos séculos. Segundo Pablo Ferreira Lima “africanos e afro-descendentes escravizados, forros, libertos e livres juntavam-se a indígenas, paulistas, baianos e mestiços, agindo e reagindo das mais diversas maneiras frente ao processo de colonização” (2008, p.54). O rápido povoamento foi a base do processo de formação urbana, social e cultural dos sertões, campos e matas que deram forma e conteúdo ao que hoje conhecemos por Minas Gerais. Atividades econômicas movidas pela força humana foram os sustentáculos desta sociedade colonizada por meio da atividade mineradora.

Segundo CARRARA (2009), desde seus primórdios, a Capitania de Minas Gerais guarda duas identidades distintas, e complementares: a das minas e a dos currais, personalidades históricas no processo de formação do território mineiro. Povoações agrícolas do São Francisco e povoações mineradoras do Espinhaço, que se organizavam segundo vocações econômicas distintas: a mineração e as fazendas de gado. Nas palavras de CARRARA (2009, p.55) “Minas e currais são decerto categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania”. Foi no segundo quartel do século XVII que nova configuração do território mineiro começou a se modelar, movida pelas novas relações econômicas e sociais que estavam em construção, sobretudo a partir da incorporação de novos espaços no território, a zona da mata mineira, e o desenvolvimento de novas relações sociais e econômicas pautadas nos usos da terra para agricultura e pecuária.

Na região mineradora a escravidão foi a principal engrenagem para a construção das relações sociais, econômicas e culturais que se desenvolveram na fundação das primeiras vilas mineiras. Submetidos à dominação dos senhores, os escravos “reagiam de diversas formas, impondo limites ao sistema e também moldando-o de acordo com interesses próprios” (GASPAR, 2016, p.395). Estas formas de resistência cotidiana, sendo o esforço em busca de alforria e o direito de ter e manter laços familiares que contribuíram para tornar um pouco mais suportável a vida no cativeiro e limitar a dominação escravocrata na sociedade colonial. A profusão do fenômeno quilombola, ao longo de toda história da capitania de Minas Gerais é mais um indício dessa rebeldia e resistência.¹¹ A sociedade escravista deu origem ao Brasil atual e seus efeitos ultrapassaram os séculos, chegando até os dias de hoje na forma do racismo, exclusão social e perseguições às populações negras

11. Foram localizados e destruídos pelo menos 160 quilombos situados na capitania de Minas Gerais entre 1710 e 1798.(Guimarães, 2000 apud Gaspar, 2016, p.420)

e indígenas. A Capitania de Minas, área montanhosa e cortada por uma infinidade de rios, era terra vasta e permitia larga mobilidade espacial, permeada por um universo étnico plural, rica diversidade cultural e muitos conflitos decorrentes de disputas territoriais, políticas e sociais. A presença indígena de povos pertencentes a troncos linguísticos diversos era marcante nas minas setecentistas. À medida que estes povos originários eram perseguidos, mortos, escravizados, a população total nas minas de ouro foi se reduzindo ou migrando para áreas menos colonizadas, ao mesmo tempo em que as populações escravizadas iam chegando e formando a principal força de trabalho, chegando num fluxo crescente ao longo dos séculos, trazidos à força por traficantes de escravos.

A presença de quilombos em Minas Gerais sempre foi expressiva, não só pela dinâmica econômica e social do escravismo como também em decorrência de suas paisagens, relevo e características territoriais. Além disso, por todos os séculos é possível perceber a relação de proximidade entre quilombolas e indígenas, decorrente de complexas relações estabelecidas na sociedade escravista mineira (LIMA, 2008, p.36).

Em outra vertente geográfica, o processo de formação da população da mata, ainda no início do século XVIII teve sua gênese com a introdução da agropecuária (inclusive utilizada no abastecimento das áreas de mineração), a extração mineral e vegetal e, sobretudo, o processo de aldeamento dos povos indígenas, cuja política principal se voltava para a catequização e fixação de várias etnias no campo, na condição de camponeses. O dinamismo nesta área era, portanto, rural. A população branca se configurava como minoria, enquanto a

população de pessoas livres, pobres, libertas e escravizadas somava a maior parte, junto com a presença maciça dos aldeados indígenas. No período colonial era intensa a migração populacional entre as duas comarcas. Rio das Mortes avançava na ocupação territorial das áreas de mata à leste, no que se chamava na época de expansão do celeiro de minas. E esta área de expansão de fronteiras agrícolas ocupava toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha - Mucuri-Doce, que por longos anos permaneceram nas bordas da região mineradora (até o início do século XIX, com o declínio da mineração e a expansão da cultura cafeeira). De fato, este foi um momento de fluxo intenso, fixação no campo e crescimento urbano. Entretanto, a área já vinha sendo desbravada e povoada desde o século XVIII, por população camponesa de origem pobre e aldeamentos indígenas. A expansão populacional interiorizou-se pelas bordas da região mineradora, independentemente dos regimentos que a proibiam, o povoamento se "ruralizou" pelos vales dos rios e ribeirões (CARNEIRO, 2010). Neste contexto, os chamados descaminhos coloniais¹² assumiram papel fundamental para a compreensão dos sertões, da mata, do rural, sempre às margens das regiões mineradoras, entretanto, base de sua existência (pelo abastecimento e por serem áreas de passagem) e da formação de sua população.

A diversidade de procedências das pessoas, associada ao processo de encontros culturais e étnicos marcou as práticas sociais da sociedade colonial mineira. Como consequência, a religiosidade, as relações socialmente construídas, instituições, manifestações populares e modos de vida foram ressignificados de forma ativa e criativa.

A diáspora dos povos africanos, trazidos contra sua vontade para no território mineiro, associada ao deslocamento forçado e aldeamento

12. Passagens marginais aos caminhos oficiais do período, como o Caminho Velho e o Caminho Novo da Estrada Real.

13. Etnias Puris, Coroados, Coropós e Botocudos.

dos povos indígenas que habitavam os sertões do Pomba foi fruto do processo de conquista da terra ao longo dos séculos XVIII e XIX. Com a crise da mineração de ouro houve maciços deslocamentos para a região da Comarca de Serro Frio (Serra do Espinhaço) para a extração dos diamantes, reformulando os fluxos de colonos e do tráfico de escravos. A ocupação das terras ao leste das minas coloniais (atual Zona da Mata) por colonos em processo de deslocamento das áreas mineradoras de Vila Rica e Rio das Mortes, no final do século XVIII, só foi possível com o processo de dispersão indígena e a criação de aldeamentos nas áreas da mata¹³, que culminou com a política de extermínio no sec. XIX das populações indígenas tratadas como um “problema para os processos de conquista e colonização das áreas dos sertões mineiros” (LAMAS, 2012, p.230). Os estudos e investigações sobre um dos mais antigos núcleos de povoamento das minas colonial tem papel fundamental na compreensão de Minas Gerais e de sua dinâmica econômica, escravista e imperial, que explicam o processo de colonização da Zona da Mata mineira, a formação de seus núcleos urbanos e de sua população, conseqüentemente, da cultura popular, suas formas de manifestação e a memória social de nossa terra.



UBÁ

Em fins do século XVIII e início do século XIX, várias famílias deixaram Mariana, Ouro Preto, Guarapiranga e outros centros de extração mineral à procura de terras férteis e propícias à agricultura. Em 1857 o povoado foi elevada à categoria de cidade com o nome de Ubá, região estratégica na zona da mata. O bairro Agroceres é o berço da cultura popular do município. Em Ubá está o Ponto de Cultura Museu Ginásio São José.

OURO PRETO (VILA RICA)

A origem de Ouro Preto data por volta de 1698. Em 1823, com o nome de Vila Rica tornou-se oficialmente capital da então província das Minas Gerais, passando a ser designada como Imperial Cidade de Ouro Preto. Em 1897, Ouro Preto perdeu o status de capital mineira, com a construção de Belo Horizonte. Na localidade denominada Alto da Cruz, está situada a Igreja de Santa Efigênia, local que abriga uma das memórias mais significativas para cultura popular associadas à Chico Rei, e à origem das festas de coração de reis negros.

BELO VALE

Belo Vale teve sua origem no último quartel do século XVII com a chegada dos bandeirantes da expedição de Fernão Dias Paes, que subiram o Rio Paraopeba para exploração de catas minerais e fundação das primeiras povoações de Minas. Em Belo Vale se localiza a fazenda do Barão de Paraopeba, das mais atuantes do período colonial e na manutenção da escravidão. Belo Vale abriga importantes remanescentes quilombolas, como a comunidade Chacrinha dos Pretos e Boa Morte. (IBGE, 2019)

CONSELHEIRO LAFAIETE (VILA REAL DE QUELUZ)

O município de Conselheiro Lafaiete faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, possui relevância histórica e presença maciça de grupos da cultura popular. A antiga Queluz foi um dos principais pontos de explosão demográfica da antiga capitania. Em suas imediações foi descoberto o primeiro ouro de Minas Gerais, no então chamado sertão dos Cataguás. A chegada da ferrovia no final do século XIX transformou completamente a paisagem local, de cidade colonial para vila operária, impondo o moderno ao antigo.

BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, foi uma cidade planejada no final do século XIX para substituir o centro administrativo que ficava em Ouro Preto. O antigo Arraial do Curral del-Rei já aglutinava fluxos populacionais vindos das áreas estagnadas da mineração, devido às suas terras férteis. A inauguração de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, acabaria por reativar também o eixo econômico de Minas, ao longo do Espinhaço, após a crise da mineração.

SERRO (VILA DO PRÍNCIPE)

A região da Comarca de Serro Frio foi uma das primeiras áreas a ser explorada pelos portugueses em busca de metais preciosos, ainda no século XVII. Por volta de 1702, surgiu o arraial que deu origem à atual cidade de Serro, elevado à condição de Vila do Príncipe, em 1714. A Comarca de Serro Frio abrigou o Distrito Diamantino, principal enclave para extração de diamantes na Colônia. Serro possui um dos mais antigos registros de Reinados e festas de Nossa Senhora do Rosário de Minas, datado de 1728.

Notas da Mata



FOTOGRAFIA: TAlmeida